Este artigo constitui a base da conferência proferida na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no passado dia 28 de janeiro de 2016, sob o título “Uma nova Visão Estratégica da Defesa para a CPLP” (*) e apresenta uma análise evolutiva sobre a cooperação na área da Defesa na CPLP, procurando-se lançar o debate sobre a evolução da cooperação na área da Defesa no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Neste contexto, o texto apresenta um conjunto de iniciativas, projetos e ideias que procuram contribuir para melhor integração da Comunidade no processo global em que nos inserimos. É por isso uma nova visão estratégica para o futuro, uma reflexão académica e um ponto de partida para uma inovadora forma de olharmos a cooperação no quadro da Defesa na CPLP.

Instituto Almeida Garrett
Sociedade Histórica da Independência de Portugal

28 de Janeiro de 2016
Tenente-Coronel Doutor Luís M. Brás Bernardino
bernardino.lmb@hotmail.com

(*) O documento assenta num artigo elaborado pelo autor em colaboração com o Dr. Francisco Azevedo, Presidente do CAE/CPLP e publicado na Revista PROELIUM da Academia Militar em 2015.

UMA NOVA VISÃO ESTRATÉGICA DA DEFESA PARA A CPLP

Tenente-Coronel Doutor Luís Manuel Brás Bernardino

"...o potencial da CPLP no domínio da Defesa é significativo. Contudo, para maximizar e rentabilizar todo este potencial em favor dos Estados-Membros é necessário cimentar e afirmar uma identidade de Defesa da CPLP, onde os ingredientes, dinâmicas e actividades atrás referidos estejam presentes, mas principalmente, onde haja vontade e empenhamento sincero dos diversos Estados-Membros..."

Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, 2015, p.6

Introdução

A primeira ideia que se nos ocorre sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de uma organização internacional (ou de amplitude global) com um crescente impacto nacional e regional. Uma Organização assente na partilha de uma matriz comum histórico-cultural e que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa no mundo. Contudo, esta organização, atualmente numa fase de crescimento e sustentação Institucional, procura afirmar-se internacionalmente pela multicooperação e por uma intervenção crescente nos Estados membros em programas de apoio ao desenvolvimento e de consolidação da segurança e da defesa.

Uma Organização que vem afirmando-se no mundo através da adoção de uma inovadora, e cada vez mais pragmática, visão político-estratégica, assente na globalização e no reforço da cooperação entre os seus Estados membros. Visão esta que na área da Defesa se torna cada vez mais evidente, não só pelo crescimento sustentado e pelo reforço no diálogo cooperativo, como pela quantidade e significado dos programas e protocolos de cooperação que tem desenvolvido nestes quase 15 anos. Pois que a partilha de experiências vividas e a comunhão de afetos, muitas vezes citada pelo professor Adriano Moreira, e que esteve (entre outros aspetos) na origem da Comunidade, sempre norteou os seus destinos e os seus objetivos. Pensamos ainda que estes elementos são ainda actualmente a charneira e o fio condutor nas múltiplas áreas de cooperação que desenvolve, nomeadamente na vertente da Defesa.

Não sabemos se este paradigma virtuoso entre afetos, partilha da história e da cultura e principalmente de cooperação poderá significar tudo o que a Comunidade tem como projeto identitário próprio e suficientemente pensado num horizonte ideológico próximo, pois que imbuída da esperança (e cada vez mais necessidade) de fortalecer a concertação político-diplomática, a cooperação na área da Defesa (bem como em outros domínios) e especialmente a promoção e difusão da cultura e da Língua Portuguesa, estes continuarão a ser os principais eixos identitários e vetores prioritários da cooperação entre os países luso-falantes.

Neste contexto parece não ser possível refletir, para já, sobre o significado intrínseco da verdadeira cooperação estratégica e o impacto organizacional a partir dos quais se induzirão aspetos fundamentais para se compreender a importância da Comunidade para os seus Estados membros no futuro, mas podemos (e devemos) refletir sobre a adoção de uma visão estratégica, o que na vertente da Defesa nos obriga a abrir os horizontes para o mar e a apostar numa verdadeira cooperação geoestratégica de Defesa que inclua os continentes e os oceanos. Uma visão que comece de dentro para fora, que traga mais dinamismo e maior empenhamento dos Estados membros e que torne a Comunidade mais visível e mais empenhada nos problemas da segurança regional e global. O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente, e refletir sobre a necessidade de ter, no seio da Comunidade, uma nova cooperação bimultilateral[1] para o futuro.

Este artigo de opinião apresentado nesta conferência procura, numa perspetiva que julgamos inovadora, refletir sobre os principais desafios que se colocam à Comunidade e apresentar uma nova visão geoestratégica para a Comunidade de Países de Língua

---

[1] A cooperação designada por "bimultilateral" representa uma forma mais adaptável, dinâmica e prática de conduzir a cooperação no seio dos Estados e das Organizações, permitindo uma maior aproximação entre os múltiplos atores, num quadro de ajuda ao desenvolvimento e de reforço das condições de segurança e cooperação multidimensional, que exige uma melhor compreensão entre os valores do Estado e os compromissos vinculados na Organização. Representa um novo paradigma que aponta para uma redefinição das estratégias de cooperação tradicionais (bilateral e multilateral), obrigando a uma maior compromisso nas Organizações e a uma aposta na ligação entre estas e os Estados membros, o que nos transporta para a necessidade de ter uma melhor compreensão das realidades conjunturais e perceber claramente as prioridades dos Estados e das Organizações, ajustando os modelos de cooperação tradicionais ao paradigma bimultilateral que se torna necessário no mundo atual. Luís Bernardino, In "*Una Cooperación "bimultilateral" para la prevención de conflictos en Africa*", 19 febrero 2015, pp. 3-5. Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_marco/2015/DIEEEM04-2015_Cooperacion_Multilateral_BrasBernardino.pdf].

Portuguesa, que resulta da necessidade de rever o “Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa na CPLP” (2006) e da aprovação recente da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” (2015), e ainda da necessidade de ultrapassar paradigmas e apostar numa mudança que se exige, interna e externamente. Neste complexo quadro organizacional, é sobre a problemática do contraponto entre o passado, o presente e o futuro da cooperação na área da Defesa no quadro da Comunidade que iremos dedicar este ensaio (e esta conferência), onde iremos procurar saber de que forma a evolução da cooperação na área da Defesa pode progredir para uma verdadeira cooperação estratégia e apontar algumas linhas de ação estratégica (internas e externas) que podem contribuir para a adoção de uma nova visão estratégica no quadro da Defesa para a CPLP.

O contexto internacional de segurança para a CPLP

Foi no contexto da erosão do mundo bipolar que a CPLP emergiu tendo como matriz primacial e originária o património comum da Língua Portuguesa, a sua defesa, promoção e valoração no contexto global, evoluindo nos anos seguintes à assinatura do Ato Constitutivo (1996) para outros patamares da cooperação, de onde surgiu, dois anos depois, a cooperação na vertente da Defesa.

Sabemos que a globalização acabou por universalizar e tornar globais e assimétricos os desafios e as ameaças contemporâneas, parte delas invisíveis e imprevisíveis (mas com resultados palpáveis) no concerto das nações, tais como a pirataria informática, as guerras assimétricas ou o êxodo de populações deslocadas por conflitos, calamidades naturais e/ou até pela repartição de recursos com implicações sociais e culturais, em que as populações foram obrigadas a abandonar a sua matriz originária buscando acolhimento junto de sociedades cujos valores e formas de estar são, a maioria das vezes, substancialmente diferentes e radicalmente constrangedora da liberdade de viver. Desta forma, devemos equacionar a questão da segurança e defesa, ou seja, dos aspetos securitários identitários dos Estados (que são parte das organizações) e onde se buscam atualmente respostas partilhadas para os desafios e ameaças transnacionais comuns.

Gera-se assim a compreensão pela existência das alianças militares regionais, constituindo pactos de segurança e defesa que, embora limitados à partida pelo horizonte geográfico em que se inserem, atuam além dele, sempre que esteja em causa o interesse e a proteção de

qualquer dos Estados membros que as compõem. E neste caso, talvez pudéssemos compreender os mecanismos que estiveram na origem da criação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) ou da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), entre outras e que, em nossa opinião, são os principais mediadores do entendimento cooperativo alargado a toda área do Atlântico Sul.

Em suma, estamos a viver uma conjuntura de grandes desafios e de alteração dos principais paradigmas securitários. Os conceitos e noções que até há bem pouco pareceriam mais ou menos permanentes, ou com um grau de estabilidade mais acentuado no contexto das Relações Internacionais, têm vindo a desmoronar-se, dando lugar a novos paradigmas bem diferentes daqueles que resultaram do final da guerra fria e que lançam novos desafios para as organizações como a CPLP, ocupando estes um espaço no contexto global.

Como sabemos, a ideia de um poder homogéneo e único que se sobrepõe globalmente cede atualmente o lugar a uma multiplicidade de poderes, fundamentalmente regionais, onde a multipolaridade das decisões é a regra para uma cooperação frutífera, o que pode chocar com as intenções de terceiros limitando geograficamente o que hoje já não parece (ou não pode ser) limitável, pela natureza das circunstâncias e o envolvimento global dos atores. O que não nos pode chocar é a certeza de que as diferentes geopolíticas (mar, energia, mercados, geoeconomia e projeção demográfica ou pelas ameaças transnacionais) estão a gerar novas matrizes que, no seu conjunto, serão determinantes para o futuro da própria humanidade. E por consequência novos paradigmas onde os Estados se viram “obrigados” a delegar parte da sua soberania nas Organizações Regionais onde militam e estão inseridos conjunturalmente. Neste contexto, a CPLP surge como uma organização que assenta numa Comunidade de Estados, onde se partilham valores, ideologias e cultura, onde se procura otimizar a cooperação estratégica, onde a segurança e a defesa constituem um dos objetivos partilhados e que em face das ameaças transnacionais que os Estados membros estão sujeitos, passa-se a assumir como um produtor de segurança regional e instrumento de paz e desenvolvimento no mundo.

O mar como elementos central na estratégia da CPLP para a Defesa

Como sabemos, o mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi pelo mar que os antigos navegadores procuraram os acessos

possíveis ao *hinterland* africano e sul-americano e que se transformou depois, numa estrada comercial, científica, cultural, com implicações sociopolíticas e humanas, que os países com continuidades histórico-culturais e linguísticas clarividentes se edificaram, unindo povos originariamente de diferentes credos e culturas, ideologias e formas de produção (umas mais avançadas tecnologicamente do que outras) no que é hoje a Comunidade Lusófona.

Foi ainda através do mar, até ao século XX, que a amálgama de povos em diferentes continentes e, sob a mesma bandeira e a mesma língua de comunicação entre si forjaram identidades, agregando-as, que trocaram experiências, clarificaram interesses e proporcionaram, já no final do século XX, o entendimento solidário e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, supranacional, tão específica como a CPLP. Não é, por esse motivo despropositado relembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos e surgiu praticamente duas décadas depois dos "processos" que levaram à independência das ex-colónias portuguesas, desenhando-se (independentemente das continuidades e descontinuidades do desenrolar histórico) numa comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo possível da lusofonia, se orienta para uma inserção global com matrizes culturais, históricas e de afetos comuns que une os atuais nove países que a compõem. O aparecimento da componente de cooperação na Defesa foi ela também o agregador do que de melhor se vinha fazendo na relação entre Portugal e os cinco PALOP ao nível da Cooperação Técnico-Militar (CTM).

A CPLP é essencialmente uma comunidade na qual o mar, como vetor identitário, tem uma importância inegável pluridimensional e multidisciplinar. E por ser vetor identitário une-se aos fatores estruturantes da Língua e da História comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade e até no sentido da globalização que nos impele a sermos Comunidade num mundo cada vez mais global. É assim uma Comunidade de países marítimos (ribeirinhos) que se reparte por três oceanos, ligando quase 300 milhões de pessoas e vivendo em cerca de 10,6 milhões de Km^2 de terra e de 7,6 milhões de Km^2 de área marítima - uma das maiores do mundo. Neste contexto, o Oceano Atlântico (especialmente o cone sul) merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um largo corredor marítimo cuja importância recrudesceu nos últimos vinte anos por razões não geopolíticas e geoenergéticas, mas de afirmação no contexto global, unindo os hemisférios sul e norte do globo e vice-versa, abrindo uma janela de oportunidades para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirme

como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente, e que ao mesmo tempo desenvolva uma estratégia securitária em benefício dos Estados membros. Pois como se sabe, e é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação, faces da mesma moeda, pois uma não pode existir sem o outro…

É também, efetivamente neste "mar moreno", como lhe chama Adriano Moreira, que se localiza a esmagadora maioria dos países da CPLP[2], sendo por esse motivo, em nossa opinião, o centro de gravidade estratégica da CPLP. Especificamente é no Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem. Seis dos nove Estados membros são países do Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um enorme valor acrescido[3] no que respeita a recursos energéticos e às potencialidades estratégicas daí advenientes.

Na verdade, considerada a bacia deste mar ao sul, profundo e vasto abarcando dois e ligando três continentes, verificamos ainda que é em português que se entendem o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e é em português que nos afirmamos neste espaço multicultural. E provavelmente outros países que tiveram recentemente acesso à Organização, quer no âmbito da plena adesão ou simplesmente como observadores associados e estão a procurar desenvolver uma estratégia nesse sentido, como é o caso de Guiné-Equatorial (Estado membro) e do Senegal (Observador associado), entre outros.

Mas também é importante destacar, desde já, que as complexidades e desafios securitários globais - que são marca da atual circunstância e se refletem, entre outros, como vimos, no crime organizado, designadamente a pirataria, o tráfico de droga e de pessoas, os conflitos

---

[2] Constatamos que sete dos atuais nove Estados membros de pleno direito da CPLP são países lindeiros do Atlântico (Norte e Sul). No caso do Atlântico e porque este já foi sobejamente reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova reflexão sobre a segurança marítima no espaço da CPLP. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade". In "A CPLP e o Atlântico Sul", excerto da intervenção do Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo no VIIIº ENABED, Brasília, 8-10 de setembro de 2014.

[3] "…*A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenha, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo*…". In, "A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa", 2015, p. 7.

regionais - merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP[4], não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades de proteção, vigilância e de segurança marítima, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os elementos e instrumentos securitários sejam matérias de uma vasta e incontornável cooperação bimultilateral, que traduz a interdependência da circunstância global e o acervo de uma colaboração que deve ser aprofundada entre países e inserida nos seus contextos regionais. Com efeito, o valor e o potencial do mar são hoje, mais do que nunca, equacionados perante o binómio já acima referido entre desenvolvimento/segurança dos Estados, onde esta equação mais impacto apresenta, e onde mais significado e relevância assumem.

No que respeita à CPLP, sabemos que, além dos 50% das recentes descobertas de recursos energéticos feitos na última década e que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, sendo urgente que cada Estado membro desenvolva capacidades no sector da segurança marítima com impacto bastante para garantir a proteção das suas zonas económicas exclusivas e das suas plataformas continentais, pois que:

> *"… a CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo a reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações…"*.
>
> Dr. Francisco Azevedo, Director do Centro de Análise Estratégica da CPLP - VIIIª ENABED - Brasília, 8 - 10 de setembro de 2014

No caso do Atlântico, atentos às conhecidas ameaças transnacionais e aos focos de instabilidade, principalmente da região do Golfo da Guiné (com destaque como sabemos para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais e o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações e na economia local, a nova geopolítica energética do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova estratégia de segurança marítima que surge no enquadramento futuro da "Identidade de Defesa da

[4] *"…É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP…"*. (Idem, p. 4).

Comunidade" no reforço dos mecanismos de cooperação estipulados pelo "Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa" assinada à uma década na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Convém contudo não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra, o que obriga como vimos, a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade. A segurança marítima é, pois um fator estratégico de desenvolvimento e com maior acuidade no Atlântico Sul. Por outro lado os conflitos em determinados Estados Africanos têm levado a comunidade internacional a implementar mecanismos de alerta e de resposta à segurança regional que obrigam a intervenções mais robustas e sob mandato das Nações Unidas, da União Europeia e da NATO, e cada vez mais "*...com maior frequência e intensidade*[5]...", realizadas, cada vez mais, em missões "híbridas", envolvendo as Organizações Regionais Africanas (e obviamente a União Africana) e lançando um novo desafio para os países e especialmente as Forças Armadas deste continente.

A CPLP como comunidade marítima, necessita assim de uma gestão sustentada dos seus recursos energéticos. Aspeto que tem sido algo descurado pela Organização, mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se torna premente agilizar e operacionalizar. Não é demais recordar que em meados de 2007 o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a "*...concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional...*[6]" fosse devidamente refletida e implementada. Estavam, lançadas as bases da "Estratégia da CPLP para os Oceanos"[7] que viria a representar uma nova dimensão para a cooperação marítima na CPLP.

---

5 Luís Bernardino, In "A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia", Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, p. 46.

6 Idem. Ver ainda a declaração da Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de novembro de 2007, XII Conselho de Ministros CPLP/PR.9/2007.

7 "*...A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objectivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da Comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos Estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. Entre os objectivos da Comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre Estados Membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto...*". Luís Bernardino, In "A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia", Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, pp. 49-50.

Partindo do pressuposto de que os Estados membros da Comunidade já não eram alheios à importância da adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, teve um objetivo comum de partilha e união; mas também pretender "obrigar" a uma tomada de consciência sobre a enorme diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como aos aspetos relacionados com a caracterização das respetivas inserções geográficas, especialmente ao nível das plataformas marítimas e dos recursos associados à economia do mar e à segurança marítima.

Assinado em Lisboa, em março de 2010 pelos Ministros do Mar e/ou tutelas, aquele documento reflete, ainda hoje, uma excelente oportunidade para uma cooperação bimultilateral integrada, na medida em que tem o mar por objeto e também por instrumento, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e da correta gestão dos recursos marinhos e que obrigou a uma nova dimensão e integração da cooperação intra e extra Comunidade. Assim, a Estratégia veio demonstrar a tipificação das ações de cooperação, interdependência e interoperabilidade nos mais diversos segmentos bem como o carater multidisciplinar de intervenção e, ao mesmo tempo, um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados membros, incluindo a cooperação no domínio da Defesa, nomeadamente na vertente da segurança marítima.

E já é de cooperação estratégica que estamos a falar. Ela constitui o eixo central de toda a orgânica das ações da organização e está presente (algumas vezes de forma inconsciente) em todas as suas vertentes, constituindo o vértice em função do qual se move toda a Comunidade. É neste vértice que assenta a análise conjuntural e prospetiva dos paradigmas e desafios globais, funcionando como motor da interatividade e do juízo assertório na implementação de estratégias e programas de cooperação. Sublinha-se por isso a pertinência e o carácter incontornável da cooperação estratégica em geral, no âmbito da Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas e implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados membros em prol da sua segurança e do seu desenvolvimento.

A cooperação da CPLP no domínio da Defesa é, como se sabe, um subsistema da cooperação estratégica da Comunidade. Com base na recomendação dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP, em 20/21 de julho de 1998, iniciaram-se em Lisboa (Oeiras) as atividades nesta componente, tendo o Brasil ainda, numa primeira fase, mantido o estatuto

de observador, mas acabando por se assumir como membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde em 2001. Posteriormente Timor Leste (2002) e a Guiné Equatorial (2014) viriam a aderir à Comunidade perfazendo os atuais nove Estados membros. Com efeito, nesse momento inicial os Ministros estavam conscientes do valor e importância que a Cooperação Técnico-Militar portuguesa possuía a nível bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada a "…*vertente primordial da relação fraterna que se* [vinha] *renovando e fortalecendo entre os respetivos países e as suas Forças Armadas…*". Nesse sentido, "…*decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização*…". Nascia assim o "Conceito de Globalização da Cooperação Técnico-Militar" (1999) que norteou estrategicamente toda a cooperação na área da Defesa desenvolvida no seio da Comunidade desde essa data.

Esta mudança de paradigma na cooperação no âmbito da Defesa, na transformação do bilateral para o multilateral, veio abrir os horizontes para uma cooperação mais vantajosa, mais dinâmica e principalmente mais estruturada, que passando a incluir o Brasil e mais tarde Timor-Leste se prepara agora para acolher a Guiné-Equatorial e os demais países que vierem a aderir à Comunidade. O crescimento do leque de opções para uma melhor cooperação na área da Defesa passou assim a ter uma maior amplitude e a permitir um enquadramento em exercícios militares de maior dimensão e com objetivos mais ambiciosos. A dinâmica evolutiva e o quadro dos programas e das opções que se procuravam criar otimizou essa aproximação e a CPLP veio, naturalmente, a integrar mais esta área da cooperação.

A Cooperação Técnico-Militar como pilar no seio da Comunidade

Através do apuramento dos resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os PALOP (e após 2002 com Timor-Leste) e que, em determinado momento do seu patamar evolutivo, permitiu que se ampliasse aquela experiência partilhando-a entre os Estados membros, foram então identificadas "…*novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante*…", figurando entre outras, a "…*criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo e núcleos em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios…*", bem como um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) que

ficaria sediado em Lisboa (no Ministério da Defesa Nacional de Portugal, onde ainda permanece atualmente) e que constituiriam dois dos órgãos principais na cooperação nesta área específica.

Porem, foi o designado "Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar" que viria a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia, que fez com que a componente de Defesa da Comunidade evoluíssem para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes que mantiveram e têm mantido a sustentabilidade de iniciativas e atividades de carácter, diríamos, já incontornável, no quadro de uma cooperação estratégica estruturada a benefício de todos e em função do objetivo global de "*…promover e facilitar a cooperação (...) sistematizando e clarificando as ações a empreender…*" (1999).

Constituiu-se assim uma estrutura dinâmica com base nos seguintes Órgãos estruturais: O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); as Reuniões de Chefes do Estado-Maior General; as Reuniões de Directores Nacionais de Política de Defesa; as Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP e o Centro de Análises Estratégicas da CPLP (CAE/CPLP), entre outros. Seriam assim criados para funcionar como elementos da componente de Defesa da Comunidade, para pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objetivos globais dos Estados membros o Centro de Análise Estratégica que apostava numa descentralização num maior desenvolvimento da reflexão estratégica nesta área específica. Esta caracterização simples e pragmática contida, regra geral, nos normativos pertinentes, englobava, no entanto, uma multiplicidade de vetores que explicam não só a génese mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do CAE/CPLP, bem como as valências e meios que assistiram à sua constituição e desenvolvimento. Outras iniciativas e outros Órgãos viriam a constituir-se e consolidar-se, dando mostras de um crescimento sustentado e partilhado da componente de Defesa no seio da Comunidade, sendo de destacar designadamente: os Exercícios Militares da série "FELINO", a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar, entre outros.

Um aspeto que importa sublinhar nesta componente da cooperação de Defesa da CPLP são aos normativos jurídico-políticos respetivos. Na verdade, o quadro jurídico-político dos Órgãos e iniciativas acima referidas foi, como se sabe, em primeiro lugar, político e depois jurídico, na medida em que a prática e o seu exercício funcional careceram, de imediato, da legitimidade

que só o nível político poderia anuir, através das declarações finais das Reuniões de Ministros, recomendando as ações bem como o direcionamento dos projetos a implementar; e dando assim espaço para que cada uma das componentes ou níveis se articulassem entre si. E o quadro legal seria criado à posteriori adequando-o à realidade conjuntural e às necessidades sentidas, vividas e partilhadas pelos Estados membros, pois as decisões são sempre tomadas por consenso, o que numa organização desta dimensão e âmbito é de salientar.

Esse quadro legal seria aprovado pelos Ministros da Defesa também na cidade da Praia – Cabo Verde, em 15 de setembro de 2006. Referimo-nos ao "Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa" e que é atualmente o documento-quadro com base no qual se rege a cooperação dos países da CPLP neste domínio. Estando já ratificado pela grande maioria dos Estados membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só "…*entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados membros*…", o que se por um lado reforça o sentido de consenso e de responsabilização política das decisões tomadas no seio da Comunidade, por outro torna-o ainda passado uma década um instrumento jurídico condicionado.

Sem perder de vista a natureza e o sentido para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, no Artigo 4º do supracitado Protocolo consubstanciam-se algumas das principais linhas orientadoras, identificadas pela solidariedade entre os Estados membros. Referimo-nos especificamente à sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas (diríamos mais ousadamente, a partilha de informações) que visem reforçar a defesa dos países à luz das ameaças transnacionais e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares "FELINO", o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos países e outros como o Fórum de Saúde Militar, a Conferência de Marinhas da CPLP e outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade e que farão evoluir a Organização para outros patamares de afirmação regional e global.

No entanto, e apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação no domínio da Defesa, sendo a paz, a segurança, a defesa e as boas relações políticas fatores primordiais para uma cooperação frutuosa e

proactiva, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos Estados membros, projetando a Comunidade como uma organização de paz e de cooperação para a segurança, defesa e desenvolvimento.

Uma organização cada vez mais relevante nos contextos regionais e com potencial geoestratégica para se afirmar globalmente, pois a dispersão geográfica dos seus Estados membros dão-lhe essa dimensão global. O que significa que a CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações de ações e iniciativas idênticas, em benefício de interesses comuns. Estamos cientes de que, por exemplo, uma cooperação aprofundada com a ZOPACAS ou no seio das organizações que compõem a Comissão do Golfo da Guiné, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) ou do Pacífico ou ainda do Índico deve ser vista como um exercício salutar de construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentado, na senda de (regionalmente) começar por procurar a sua afirmação global.

Das reflexões que entretanto foram sendo feitas sobre o Protocolo da Cooperação na Área da Defesa (2006) resultaria, oito anos depois, a recomendação dos Ministros da Defesa dos Estados membros, na XVª Reunião de Ministros de Defesa Nacional realizada em Lisboa, em 26 de maio de 2014, para que a componente de Defesa fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também optimizador das sinergias da cooperação e que veio a ser designado por "Identidade da CPLP no Domínio da Defesa" (em anexo). Este documento viria a ser aprovado em 26 de maio de 2015, na cidade de São Tomé e foi endossado no último Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, no passado dia 24 de julho de 2015, constituindo um marco estratégico-conceptual e um contributo para a cultura estratégica na evolução da cooperação na área da Defesa no seio da Comunidade.

A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa

Sobre o documento da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, importará realçar (ainda que brevemente) o carácter inovador, inédito e endoutrinador do mesmo. O documento não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e a geoestratégia e o entorno global dos Estados membros, e naturalmente o Atlântico Sul e Norte, mas também, pretende

ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental da componente de Defesa que dá corpo ao "Protocolo de Defesa" e articula doutrinariamente a "Arquitetura de Defesa da CPLP e/ou os Mecanismos de Defesa da Comunidade"[8].

No vazio da existência ainda de um verdadeiro Conceito Estratégico da CPLP, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades coletivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da Defesa serão os interesses comuns neste sector que potenciam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos Estados membros na vertente da segurança marítima e na vertente de cooperação bimultilateral para o futuro. Além disso, identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto da Comunidade apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação estratégica estruturada.

Mas é evidente também a necessidade do enquadramento do contexto estratégico da Comunidade e esse aspeto surge bem visível no ponto 2 do texto, onde se identificam algumas dinâmicas de insegurança (e de segurança) no espaço da lusofonia, donde resulta a exigência de abordagens e capacidades não só multissectoriais mas também multilaterais e multidimensionais. Também a inserção regional dos países da CPLP deve ser vista - e o documento incide nesse vetor - como uma mais-valia para a Comunidade, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-Comunidade e aponta para uma regionalização global, reforçando as parcerias estratégicas nas quedas regionais e por essa via na afirmação de uma cooperação bimultilateral que importa afirmar para que a Comunidade se possa projetar globalmente.

O ponto 3 identifica os valores comuns e interesses da CPLP no domínio da Defesa e, embora não o fazendo de uma forma exaustiva, fá-lo de uma forma clara e com base, uma vez mais, nos princípios gerais e objetivos da Organização e em função da circunstância conjuntural, ou seja, vistos numa perspectiva dinâmica que envolvem os valores designadamente culturais (caso da língua portuguesa), os valores humanistas e os da Democracia e direitos humanos; e vê na concertação político-diplomática um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, tal como na cooperação a alavanca

[8] Luís Bernardino, In "Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", Editora Prefácio, 2008, pp. 186-189.

fundamental do multilateralismo construtivo ou aberto. E porque é de cooperação e do seu potencial que se fala como o principal referencial deste documento, o setor militar é referido como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interatividade humana e cultural e a Defesa, o sector de cooperação estratégica que melhor consolida essa ideologia.

Destaca-se também a condição ribeirinha de todos os Estados membros da CPLP e que acima já assinalamos bem como o potencial estratégico do mar, dos seus recursos e da sua importância geopolítica e geoestratégica no contexto global. O mar é a maior janela de oportunidades para a Comunidade e o Oceano Atlântico o seu centro de gravidade, que importa aproveitar com refere o documento, pois como sabemos:

> *"…a condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e geoestratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de Defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo…"*.
>
> Luís Bernardino, In "Identidade da CPLP no Domínio da Defesa", 2015, p. *7*

Mas a CPLP representa ainda no sector de Defesa um significativo potencial de dissuasão regional e que também deve ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte), principalmente. Nesse aspeto, as diferentes e diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios (que se encontram referenciados na Identidade da CPLP no Domínio da Defesa) assumem uma importância incontornável. Trata-se de cooperar nos domínios da formação (que inclui educação, treino, capacitação e valorização das forças); na partilha de informação estratégica relativa a ameaças e desafios que se impõem aos Estados membros. Desafios que cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e ainda a partilha de tecnologias, na disponibilização conjunta de materiais que racionalizem custos e meios e ao mesmo tempo confiram capacidade de dissuasão e melhor defesa e segurança aos Estados membros perante os crescentes desafios transnacionais e a rápida evolução tecnológica a que assistimos no mundo atual.

Relativamente aos pilares da identidade da CPLP no domínio da Defesa, o texto sintetiza as linhas de ação da Comunidade nesta componente, assentando-os na questão dos valores e

interesses comuns aos países da CPLP; na mobilização cooperativa (cooperar alias é a palavra de ordem); no aproveitamento das sinergias que advém da idiossincrasia da Organização no domínio da Defesa; na ação do instrumento militar e da cooperação daí resultante. Cremos, no entanto, que mais do que cooperar, a palavra de ordem para uma cooperação bimultilateral frutífera no seio da Comunidade e com a Comunidade, tal como refere no documento "Identidade da CPLP no domínio da Defesa", é partilhar estrategicamente, como vimos, o conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente desenvolver respostas comuns às ameaças de todos. Criar assim mecanismos partilhados para coletiva e cooperativamente terem mais segurança e melhor desenvolvimento.

E ao falarmos de partilha estamos a falar de interatividade assumida como interoperabilidade e que nos parece, nesta perspetiva, ser o verdadeiro desafio que se impõe à CPLP no quadro de uma nova geopolítica, de uma nova geoeconomia e por consequência, de uma nova geoestratégia que emerge como resposta premente às grandes ameaças globais, nomeadamente: o terrorismo (expressamente o terrorismo militante), a pirataria, a guerra cibernética e as ameaças assimétricas dos extremismos e fundamentalismos ideológico-religiosos, e que "obrigam" as sociedades a desenvolverem em cooperação meios de respostas mais eficazes, pois ameaças complexas exigem respostas articuladas e de maior impacto.

O documento termina com um apelo à vontade e empenho político para a materialização de ações concretas, sendo este quanto a nós, o ponto fulcral do sucesso de qualquer cooperação e do próprio futuro da CPLP. Com efeito, os ingredientes da cooperação integrada e interativa já se encontram expressos nos documentos acima referidos, afigurando-se necessário o seu aprofundamento e a sua efetiva operacionalização. Daí que se torne premente o empenho político ou a vontade decisora das instâncias superiores da Comunidade para que a cooperação bimultilateral se desenhe como resposta coerente e efetiva aos desafios da presente conjuntura e às ameaças globais que todos enfrentamos, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários. Aqueles desafios oriundos do período do final da guerra fria já parecem não se coadunarem com as respostas que todos teremos de dar no tempo presente. Paradoxalmente, estamos perante um mundo desafiante com forças e elementos que contrariam os princípios gerais das sociedades abertas e democráticas para subverterem, a

partir de dentro, a ordem de valores estabelecida e a soberania do Estado e que os Estados e as organizações precisam de saber acautelar…no princípio da segurança coletiva e cooperativa

Não é, pois, de surpreender que perante a crescente conflitualidade se apresente como um cenário plausível para não dizer assustador. Mas é também no seio deste "caos organizacional" que parece persistir na "ordem mundial" que emergem também alguns sinais positivos (otimistas), fundamentados no princípio da cooperação construtiva e do multilateralismo cooperativo e que, como vimos, ainda que sucintamente tem raízes profundas na cooperação estratégica bimultilateral que procuramos (e precisamos) construir para o futuro. E é com estes elementos que nos parece essencial encararmos a cooperação da CPLP no domínio da Defesa.

Salienta-se que na verdade, o Atlântico Sul tem sido até agora uma região que funciona como um corredor aberto e pacífico de acesso aos mercados do Norte e do Sul geográfico. Mas independentemente do desenvolvimento de capacidades dissuasoras, quer em termos de uma estratégia de defesa regional quer na sua operacionalização, não se deve descurar o que se passa no médio-norte do Atlântico sem avaliar as consequências para o sul e vice-versa. A globalização obriga-nos à crescente interdependência e ao reforço da cooperação na segurança internacional no cômputo direto das responsabilidades regionais. O seu cometimento como primeira linha defensiva de qualquer sistema dissuasor parece ser hoje um dado adquirido. Mas não se dirime numa compartimentação estanque. Ao contrário, encoraja dinâmicas pró-ativas e uma complexidade de relacionamentos tanto bilaterais como multilaterais, que devem caminhar cada vez mais para uma cooperação "bimultilateral".

Por isso, a CPLP, não podendo agir nem como bloco defensivo regional nem como estrutura global de defesa capaz de atuar em qualquer cenário, porque a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os seus Estatutos e nomeadamente o "Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa", tem no entanto uma vocação universal de proteção e intervenção humanitárias que consubstanciam a sua atuação à resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Aliás, em diversas destas missões de manutenção da Paz das Nações Unidas têm participado forças de países da Comunidade, designadamente: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Timor-Leste e Portugal. Só assim fazem sentido os Exercícios Militares da série "FELINO", as iniciativas do Simpósio das

Marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e fará igualmente sentido, a Nova Visão Estratégica da CPLP que importa discutir num futuro próximo.

Elementos para uma Nova Visão Estratégica da CPLP

Pelo que ficou dito, mais que uma deriva organizacional e uma questão de moda ou protagonismo ideológico, a nova visão estratégica da CPLP, deve permitir uma mudança institucional interna e apostar numa postura mas proactiva e articulada em termos externos. Assim, se ao nível interno, órgão como SPAD, o CAE/CPLP, as Reuniões de Ministros da Defesa e de CEMGFA e até os Exercícios "FELINO" podem e devem ser repensados por forma a induzir mudanças na cooperação nestes domínios, em termos externos, entre outras, exige-se uma maior aproximação aos contextos regionais de segurança (nomeadamente em África), uma centralização estratégica no Atlântico sul e uma maior aposta na intervenção e no contributo para a segurança global.

No contexto interno, temos constatado, com o crescimento da cooperação e das atividades específicas nesta vertente, principalmente na 1ª Fase (1998-2006) de construção da cooperação no seio da Defesa, que uma reestruturação interna se torna necessária, pois com a assinatura do Protocolo de Cooperação da Defesa tornou-se evidente ter um SPAD com maior capacidade de trabalho, coordenação e até dinamismo. Pois que o Secretariado Permanente foi dimensionado para uma dinâmica de cooperação datada de 2002 e que não lhe tem permitido acompanhar e contribuir, mais ativamente, para uma necessária evolução institucional. Penso mesmo que o SPAD deve ser efetivamente permanente, internacionalizar-se e sair da alçada do Ministério da Defesa de Portugal (DGPDN), devendo receber um reforço de pessoal, verbas e de importância, podendo inclusive estar coo localizado com o Secretariado Executivo, permitindo assim uma maior aproximação e mútuo entendimento (o que nem sempre tem acontecido…).

O CAE/CPLP, primeira tentativa de descentralização da componente de Defesa da CPLP deve, em nossa opinião, ser reforçado na sua importância e nos meios que lhe são dados para trabalhar, sendo um dos vetores com maior potencial para ligação à sociedade civil, quer através da ligação às empresas, universidades e organismos (não só no espaço da CPLP, mas podendo servir de veiculo de afirmação da CPLP nos espaços regionais e projetar o trabalho

que já realiza). Contudo, sabemos que a globalização, com os desafios que conhecemos e as exigências que transportou para os Estados (e para as organizações) obriga a apostar nas tecnologias que permitam que estes organismos funcionem mais eficazmente, sendo importante redefinir os meios (humanos, matérias e a tecnologia) que estão ao dispor, apostando na divulgação e numa reflexão estratégica da Defesa no seio da Comunidade.

As reuniões, aos vários níveis hierárquicos e organizacionais, sequencialmente orientadas e com regimentos muito rígidos, tornaram-se pouco eficazes e algo repetitivas e pouco mais produzem que um conjunto de documentos e orientações que fazem funcionar a cooperação na área da Defesa…continuando a ser obviamente um excelente fórum de diálogo e de encontro de afetos e de amizades que o professor Adriano Moreira aborda nos seus escritos. Mas tornou-se uma mecânica repetitiva, pouco imaginativa e talvez menos importante, dependente de iniciativas individuais e parece-nos que mais interessadas em manter do que em fazer crescer… Um novo dinamismo parece-nos essencial para uma nova visão estratégica da CPLP na Defesa, pois o envolvimento das estruturas aos vários níveis revelou-se essencial no passado e será essencial para o futuro.

Resta ser como, como agilizar as decisões, como fomentar a cooperação, como melhorar a comunicação institucional, como fazer e tornar a cooperação na área da Defesa mais relevante no quadro das outras áreas da cooperação (ser efetivamente estratégica) e como levar os Exercícios "FELINO" a serem mecanismos de projeção da CPLP, a ocuparem um espaço geográfico mais adequado e a apostarem mais na componente naval e a levarem a CPLP para o Atlântico. São tudo assuntos e temas que devem ser pensados na nova visão estratégica que se pretende para a cooperação na área da Defesa, onde para além da 2ª Fase (2006-2015) de consolidação, é importante passar para uma 3ª Fase (2016-2020) de expansão e afirmação e que esta seja já uma consequência da nova visão estratégica da CPLP e indutora de um muito ambicioso "Conceito Estratégico de Defesa da CPLP".

Relacionado com os aspetos internos e com uma nova postura organizacional interna é essencial caminha-se para uma maior afirmação externa da componente de Defesa da CPLP. Assim, parece-nos essencial que a nova visão estratégica da CPLP possa privilegiar uma maior ligação aos contextos regionais de inserção e que aposte numa cooperação bimultilateral, adotando uma relação mais intima e intimista com as ORA e com as demais organizações, que possam, conjunturalmente, constituírem-se em parcerias estratégicas. A inclusão de novos

países, quer como membros efetivos quer na qualidade de observadores associados, irá trazer novos desafios e uma aproximação regional permite também tornar-se mais proactiva nesta nova realidade que parece ser cada vez mais uma certeza. A melhoria da comunicação institucional, mesmo obrigando a usar em conteúdos específicos e organizacionais outras línguas (inglês, francês e chinês, entre outras) e empregando outros meios de comunicação (internet e redes socias, entre outras), mais globais e adequados aos desafios da globalização será também um requisito para estar mais presente, mais longe e simultaneamente mais perto e mais acessível...não só aos luso-falantes mas a todo o mundo.

Uma nova visão estratégica obriga a uma nova postura organizacional, a libertarmo-nos de determinados dogmas e paradigmas ultrapassado e a procurar tirar vantagem da globalização e das novas tenologias. Pois uma Comunidade viva é uma organização global e na vertente da CPLP a cooperação na área da Defesa tenderá a ser mais participada, ativa, exigente, e obviamente mais global.

Conclusões

Em suma e para concluir, gostaríamos de começar por realçar um aspeto que releva do texto da Identidade da CPLP no Domínio de Defesa e está relacionado com a questão da interoperabilidade de forças militares e que poderá aplicar-se no contexto de uma ambiciosa mas desejável "Arquitetura de Segurança Marítima para o Atlântico". Trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da CPLP, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios militares "FELINO" e além disso emerge dos objetivos específicos da cooperação no domínio da Defesa, mas que sendo de difícil implementação carece evidentemente de vontade política e de elevados recursos económicos e materiais.

Destacaríamos assim neste âmbito a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima, na qual o Centro de Análise Estratégica da CPLP teria um importante papel a desempenhar, e onde a promoção de uma política comum de cooperação estratégica aliada ao contributo para o desenvolvimento das capacidades militares de Estados membros com vista, no futuro, ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP e da própria Comunidade como instrumento de segurança.

Acreditamos assim que o desafio maior da Comunidade residirá em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva num mundo que parece desabar à nossa frente e que temos a obrigação moral de reerguer em cada ação, em cada iniciativa, em cada quadro da cooperação para a segurança e para o desenvolvimento, uma missão que convoca cada um dos Estados membros e a nossa sociedade civil em geral. Neste contexto, a Comunidade pode e deve afirmar-se desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo e coletivo, tornando- se cada vez mais uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume cada vez mais e maior importância. Por isso, equacionamos uma cooperação bimultilateral sustentada em toda a bacia atlântica, em especial no Atlântico Sul e muito em particular na região do Golfo da Guiné. Mas não a podemos compartimentar, pois, como refere Adriano Moreira "…*sem segurança não há condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento não poderá haver segurança*…".

O construtivismo cooperativo tem algo a ver com o *soft power* dos Estados que desenvolvem capacidades de liderança regional e que na nossa óptica devem ser a meta conceptual para afirmar a CPLP no campo da Defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados membros nas áreas da formação, da partilha de informação estratégica e do desenvolvimento tecnológico, entre outros. Pelo que julgamos adequado dizer que não faltarão áreas onde essa interação bilateral e multilateral multidisciplinar combinada será prioritária à luz da natureza de cada ameaça ou desafio e tornar-se numa efetiva cooperação bimultilateral. A questão que se coloca no futuro aos políticos e académicos é saber se a CPLP tem esta capacidade e deseja seguir esse caminho? Se a nova visão estratégica da CPLP pode (e como) deve ser implementada na Comunidade?

Na verdade, se estamos levantando esta questão é porque ela já contém uma resposta e não é propriamente a de um sonho sempre adiado, embora o pareça até agora, por circunstâncias que se prendem não só com a dispersão geográfica, a inserção regional de cada Estado membro e respetivos compromissos Internacionais, mas também com as vicissitudes internas próprias de dinâmicas políticas e de segurança e defesa globais. O que se torna por vezes desconcertante são algumas exigências de celeridade relativamente às iniciativas e ao alcance dos patamares de desenvolvimento sustentado no seio da Comunidade, atendendo à diversidade e desigualdade dos níveis de desenvolvimento político, económico e social de cada Estado membro e à própria relativa jovialidade da Organização.

Brevemente cumprir-se-ão vinte anos da sua existência e a este propósito, será oportuno realçarmos alguns elementos fundamentais que poderão contribuir para as linhas de ação e visão político-estratégica da CPLP na próxima década, a saber: a necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores, respeitadas as legislações e a soberania de cada Estado membro; apostar na educação global, na formação de quadros, na interação de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de ações cooperativas multilaterais, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos países integrantes; incentivar a criatividade das novas gerações nas áreas da investigação científica e tecnológica e dos recursos marinhos contribuindo para que cada Estado membro diminua as faixas de dependências externas por forma a encorajar o desenvolvimento sustentável; apostar no planeamento de recursos (geopolítica da energia e geoeconomia de mercados) através do que acima se refere quanto à partilha mútua e de interesse comum em prol do desenvolvimento das nossas Comunidades; e aprofundar a concertação político-diplomática de forma a projetar a imagem da Organização no plano externo e nos fora internacionais. Enfim evoluir interna e externamente para outros patamares organizacionais.

A componente de Defesa dos Países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1999, contribuído de uma forma positiva e construtiva para a "Arquitetura de Defesa da Comunidade". Uma análise mais aprofundada deixará a descoberto todo um conjunto de iniciativas, que apesar de discretas, têm constituído passos sólidos para uma consolidação e agora, (porque não?) visibilidade que se afigura importante, sobretudo numa conjuntura que exige de todos nós uma reflexão profunda à luz do que está a ser gerado na designada "Nova Visão Estratégica da CPLP" saída das resoluções da Cimeira de Díli, realizada em meados de julho de 2014.

Neste caminho de afirmação global da Comunidade é essencial a contribuição da sua componente da Defesa, não só pelo caracter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes Órgãos desta componente de Defesa têm demonstrado desde o seu início, inclusive, em circunstâncias por vezes bem complexas. Seguindo estritamente o princípio da cooperação bilateral e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, haverá que ter sempre presente que são muito mais as coisas que nos unem do que aquelas que nos separam e que a cooperação "bimultilateral" será a nova forma de cooperação estratégica que a Comunidade necessita

para se afirmar neste mundo global. E estes aspetos estão bem evidenciados na "Identidade da CPLP no Domínio da Defesa" e, considera-se que é orientador inclusive para uma cooperação transatlântica aprofundada e estratégica no seio da Comunidade e entre a Comunidade e as demais Organizações Regionais.

Esperemos também que não seja apenas mais um documento conceptual, porque a CPLP pode certamente orgulhar-se da sua componente de Defesa que tem agido, ao longo dos últimos 15 anos, com um espírito cooperativo, construtivo assente em conversas e gerador do aprofundamento das relações entre todos os parceiros. Assim haja vontade política e empenho de todos os Estados membros.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2016

Luís Manuel Brás Bernardino[9]

[9] **Luís Manuel Brás Bernardino** é Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia (ISCSP-UTL) e Doutorado em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL). Atualmente desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) com um projeto sobre a Arquitetura de Segurança e Defesa Africana. É membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia Lisboa, e sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa em seminários nacionais e internacionais e pública, regularmente, artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Atualmente é Professor de Estratégia e Relações Internacionais na Academia Militar em Portugal e membro da Direção do Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento da Academia Militar (CINAMIL). bernardino.lmb@hotmail.com

Bibliografia:

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2007) - Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Editora Prefácio, ISBN 978-989-8022-87-5.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás e LEAL, José Santos (2011) – A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, IDN Cadernos, 2011, ISSN 1647-9068.

BERNARDINO, Luís e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, in Revista Militar, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.

GUEDES, Armando Marques (2012) - Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul e a construção da «Lusofonia». JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 3, N.º 1, Primavera 2012. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art1.

MOREIRA, Adriano (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.

MARCHUETA, Maria Regina (2003) – A CPLP e o seu Enquadramento. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MACQUEEN, Norrie (2003) - A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guinea-Bissau, in International Peacekeeping, Vol. 10, No. 2, Summer 2003, pp.1-26. London: Frank Cass. ISSN 1353-3312.

MONJARDINO, Carlos Valente (2002) – A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa. 29

NEY, Joseph S. Júnior (2002) – Compreender os Conflitos Internacionais- Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos). Lisboa, EditoraGradiva. ISBN 972-662-845-8.

OLIVEIRA, Aparecido de (1999) - Os Fundamentos da CPLP: O Projecto. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ed. Instituto de Altos Estudos Militares. Edições Atena, S. Pedro do Estoril, pp. 5 - 15.

PCDD (2006) – Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, Secretariado Permanente Assuntos de Defesa da CPLP, Lisboa, 2006.

SANTOS, Vítor Marques (2005) – Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. Lisboa: Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

1. INTRODUÇÃO

As identidades coletivas, em qualquer domínio considerado, assumem uma importância central; a sua afirmação dá sentido aos projetos comuns, promove a solidariedade entre membros e contribui para justificar a existência perante as comunidades. Quando emergentes das continuidades histórico-culturais e linguísticas, resultantes de uma decisão soberana de povos independentes e associadas ao domínio estratégico, as identidades contribuem para três funções primaciais: agregar, no sentido de mobilizar os diversos sistemas e entidades; clarificar, no sentido de identificar claramente os interesses a salvaguardar, as opções e as prioridades; e orientar, para proporcionar as necessárias diretrizes gerais para o planeamento subsequente.

No quadro do referido anteriormente, a necessidade de uma identidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da defesa justifica-se pela afirmação dos interesses comuns no setor da defesa.

A CPLP tem assim uma matriz identitária que assenta nos laços históricos, nos traços culturais comuns, na geografia ribeirinha e marítima que molda e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo e, fundamentalmente, no “território” cultural comum que é a língua portuguesa. A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objetivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países. É no quadro destes objetivos estratégicos que se encontram os valores essenciais, partilhados por todos os

países da CPLP, que interessa segurar e proteger e os quais devem servir de suporte às bases conceptuais do protocolo de cooperação em defesa da CPLP e, consequentemente, à identidade da CPLP no domínio da defesa. Essa identidade deve assentar na afirmação e proteção de valores comuns e na maximização do enorme potencial da CPLP no domínio da cooperação no setor da defesa.

No âmbito desta identidade no domínio da defesa, importa abordar os conceitos de defesa e de segurança. Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de caráter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança. Segurança pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover.

Ainda neste âmbito constata-se o alargamento do tradicional conceito de segurança. O conceito de segurança humana, oficialmente utilizado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, diminui a ênfase sobre os territórios e acentua a atenção dada às populações. É um alargamento do conceito tradicional de segurança, centrado quase exclusivamente na vertente político-militar, e que tem vindo progressivamente a ser incorporado na documentação e prática estratégica das organizações internacionais, bem como em muitos, senão na totalidade, dos países da CPLP.

2. DO CONTEXTO ESTRATÉGICO: AS DINÂMICAS DE INSEGURANÇA E DE SEGURANÇA NO ESPAÇO DA CPLP

No espaço da CPLP identificam-se diversas dinâmicas de insegurança. Das várias ameaças com potencial para fazer perigar os interesses dos países da CPLP realçam-se o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas; a disputa por recursos marinhos e energéticos, de que a pirataria assume uma forma mais inquietante; o crescente radicalismo religioso, com impactos mais preocupantes em África e na Europa; os conflitos regionais, como por exemplo nos Grandes Lagos, no Magrebe, ou na Europa de Leste; as ameaças cibernéticas; os riscos decorrentes da degradação ambiental e das

alterações climáticas; e os problemas internos, de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP e que, sendo do seu domínio soberano, abrem diversas possibilidades de cooperação para uma mitigação mais eficiente e eficaz. Como corolário do conjunto destes desafios estas dinâmicas afiguram-se como muito complexas, exigindo abordagens e capacidades multissetoriais e, na maior parte das vezes, multilaterais.

No espaço da CPLP também se identificam diversas dinâmicas de segurança. Nos espaços geopolíticos a que os Estados Membros da CPLP pertencem constata-se a dinamização de diversas iniciativas no âmbito da segurança e defesa regional, tais como a Arquitetura de Paz e Segurança Africana da União Africana, ou o desenvolvimento da política comum de segurança e defesa da União Europeia (UE). Estas iniciativas têm um elevado potencial no campo da defesa, merecendo algumas delas o apoio financeiro, técnico e político de atores globais - como os EUA, a China, ou a UE. São apoios que materializam o crescente interesse dessas grandes potências no espaço onde os Estados Membros da CPLP se inserem, interesse que tem por base razões económicas, mas também estratégicas, face aos recursos aí existentes e à disputa pela influência nessas regiões.

No quadro destas dinâmicas também se constata o aumento das ações de cooperação bilateral, no domínio da defesa, entre os Estados Membros da CPLP. Este aumento da cooperação demonstra a mais-valia que esses países encontram na associação de uma cultura de traços comuns, assentes na lusofonia, com as atividades num domínio tão específico e sensível como a defesa.

É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP.

3. DOS VALORES COMUNS E DOS INTERESSES DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

No quadro da matriz idiossincrática sobre a qual se funda a CPLP há valores comuns que interessa proteger. Desde logo os valores culturais, merecendo a língua portuguesa um lugar de elevado destaque, pela sua função única na facilitação e aprofundamento de relacionamentos; mas também os humanistas e os da democracia, que na maior parte das situações tanto custaram a implementar e a cimentar. Paralelamente a estes valores, um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP é uma condição que importa alcançar e manter.

Além destes valores há naturalmente interesses comuns a salvaguardar. A concertação político-diplomática nos diversos fora internacionais é atualmente fundamental para a salvaguarda dos interesses dos países em variados domínios de atividade. O combate a ameaças complexas, no atual contexto estratégico, só é possível no quadro multilateral de ações internacionais; neste âmbito, a partilha de recursos e o desenvolvimento de capacidades em domínios como a tecnologia, o conhecimento ou as informações, afiguram-se como centrais. Outro aspeto que importa acautelar é a acomodação dos interesses nacionais de cada um dos Estados Membros no quadro multilateral da CPLP; é no equilíbrio entre os interesses nacionais e os multilaterais que se maximizam as vantagens de uma comunidade de países.

4. DO POTENCIAL DA COOPERAÇÃO DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

A cooperação na CPLP, no domínio da defesa, tem um elevado potencial. Tradicionalmente, a cooperação multilateral neste domínio é uma atividade que cumpre eficazmente os seus objetivos. De entre as diversas razões para este facto realça-se a forma organizada e disciplinada como os militares desempenham normalmente as suas tarefas e se empenham no cumprimento das missões de formação ou operacionais que lhe são atribuídas. Estas tarefas têm sido desenvolvidas num quadro de sã camaradagem e trabalho em equipa, entre profissionais de um ou mais países, num ambiente cultural com muitos traços comuns, de onde se destaca a língua portuguesa. Este é um importante ativo estratégico que está na base da identidade de defesa da CPLP e que interessa salvaguardar e incentivar. O sucesso das

diversas iniciativas neste domínio, já realizadas ou em curso, demonstram bem o enorme potencial deste ativo, contribuindo para que o setor da defesa seja um exemplo para a cooperação noutros domínios.

Os países da CPLP, no domínio da defesa, têm capacidades muito diversas e em patamares de desenvolvimento diferentes. Neste quadro, é possível identificar diversas vantagens na multilateralização da cooperação, das que se realçam, a possibilidade de criação de sinergias, o desenvolvimento partilhado de capacidades, e a oportunidade económica, a qual advém da possibilidade de negócios com mais do que um país. Além disso, como alguns dos desafios e ameaças identificados são comuns à grande maioria dos Estados-membros, importa adotar estratégias de cooperação internacional nos domínios da defesa, assentes na superação de desafios complexos.

O relacionamento de cada um dos países da CPLP com as organizações regionais onde está inserido é um fator importante na identidade de defesa da CPLP. Este relacionamento deve ser assumido na sua plenitude, permitindo diversas vantagens, das que se realçam: o acompanhamento das diversas dinâmicas regionais; o modelo organizacional; o alargamento das redes de relacionamentos; a divulgação das potencialidades da CPLP para atuar em contextos diversos; manter e afirmar o caráter universalista da CPLP.

A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenha, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo

A componente de defesa da CPLP deve representar um potencial de dissuasão. As novas ameaças, como o crime organizado associado às redes de tráfico de drogas e de pessoas, ou a pirataria, podem ser mais facilmente mitigados se se notar a presença de uma força de segurança ou militar em determinada área geográfica. Neste âmbito, a realização de

exercícios multilaterais, a partilha de informações, ou a eventual coordenação de atividades associadas ao controlo de espaços soberanos, configuram estratégias de dissuasão com elevado potencial de eficácia.

A importância da formação e do ensino na afirmação de identidades é basilar, pois permite aprofundar ou cimentar valores comuns. A possibilidade de intercâmbios neste âmbito, com troca e partilha de conhecimentos e experiências, deve assumir pois um papel dinamizador na CPLP, promovendo iniciativas multilaterais no âmbito do ensino e da formação militar.

5. DOS PILARES DA IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

No quadro do referido anteriormente e face ao contexto estratégico, pode-se resumir a identidade de defesa da CPLP aos seguintes pilares:

O dos valores e interesses. São valores e interesses comuns, os quais interessa proteger e salvaguardar de forma permanente, os valores humanistas e os da democracia, bem como um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP.

O da mobilização cooperativa. A existência de ameaças e desafios à segurança aos Estados Membros da CPLP aconselha à mobilização cooperativa de todos os países, no sentido de operacionalizar e otimizar eventuais respostas multilaterais a desafios complexos. Contudo, fatores como constrangimentos orçamentais nalguns países ou a ténue capacitação militar noutros, obrigam a que a cooperação neste domínio seja ainda mais eficiente e mais eficaz. Para tal, entre outras possibilidades e caso desejável, parece útil desenvolver sinergias, formular objetivos e efetuar ações e atividades comuns, a avaliar caso a caso, num quadro complementar às dinâmicas regionais onde cada um dos Estados Membros da CPLP se insere.

O da idiossincrasia da CPLP no domínio da defesa. A mais-valia que advém da participação dos diversos Estados-membros da CPLP em organizações internacionais regionais de naturezas distintas, a condição ribeirinha, uma matriz cultural comum e a harmonia e sucesso das ações de cooperação militar, permite delinear uma identidade própria neste domínio, com caraterísticas únicas.

O da centralidade do instrumento e da cooperação militar. Sendo certo que grande parte dos desafios de segurança que atualmente se colocam ao conjunto dos países da CPLP obrigam a respostas multidisciplinares, com o concurso de diversos instrumentos de poder, é fundamental a ação do instrumento militar. No atual contexto estratégico, a utilização do instrumento militar pode assumir diversas formas e funções, com as Forças Armadas a desempenharem missões de natureza muito diversa e em ambientes distintos, realçando-se a sua ação de dissuasão. As suas diversas capacidades conferem-lhe um tal caráter de flexibilidade estratégica que o tornam imprescindível face à multidimensionalidade e imprevisibilidade das ameaças atuais, mas igualmente, a uma panóplia enorme de situações internas e externas. A cooperação militar entre os países da CPLP, sendo o conjunto de atividades em que se sustenta a identidade de defesa da CPLP, abrange todas as dimensões do setor da defesa em que os instrumentos militares possam ser desenvolvidos e empregues para salvaguarda dos valores e interesses da CPLP, com especial enfoque no domínio da Cooperação Técnico-Militar e, em particular, no âmbito do ensino e formação militares.

Face ao anteriormente referido, pode-se afirmar que o potencial da CPLP no domínio da defesa é significativo. Contudo, para maximizar e rentabilizar todo este potencial em favor dos Estado Membros é necessário cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP, onde os ingredientes, dinâmicas e atividades atrás referidos estejam presentes, mas principalmente, onde haja vontade e empenhamento sincero dos diversos Estados-Membros. Além disso, é fundamental que esta identidade se materialize em ações concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, e que englobe as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e aquelas que se preveem. Só assim faz sentido.

São Tomé, 26 de Maio de 2015